Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Bruno Rocha Nascimento

Brasil e China: desafios do reatamento das relações diplomáticas em 1974

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciada em História, sob orientação do prof. Dr. Carlos Vidigal.

BRASÍLIA,
Abril de 2022

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a fazer um estudo sobre o contexto da reaproximação entre o Brasil e a China. O ano era 1974, desde que as tropas de Mao Tsé-tung saíram vitoriosas da guerra civil chinesa contra o exército de Chiang Kai-Shek, líder do Kuaomintang, o Brasil seguiu as diretrizes dos Estados Unidos e rompeu as relações diplomáticas com o novo governo chinês. Busca-se o detalhamento das escolhas que levaram o país a reatar as relações diplomáticas com o país asiático, por intermédio do que foi escrito por teóricos brasileiros, irei fazer um estudo sobre as consequências deste processo. Colocando numa perspectiva histórica os desdobramentos deste movimento.

Palavras-chave: Diplomacia. Brasil. China.

ABSTRACT

This course conclusion work proposes to do a study on the context of rapprochement between Brazil and China. The year was 1974, since Mao Zedong's troops emerged victorious from the Chinese civil war against the army of Chiang Kai-Shek, leader of the Kuaomintang, Brazil followed US guidelines and broke diplomatic relations with the new government. Chinese. It seeks to detail the choices that led the country to resume diplomatic relations with the Asian country, through what was written by Brazilian theorists, I will make a study on the consequences of this process. Putting in a historical perspective the unfolding of this movement.

Keywords: Diplomacy. Brazil. China.

SUMÁRIO

Introdução.....5

Capítulo 1: Dutra e o alinhamento automático e sem recompensa 8

1.2 - Tentativa de uma política externa mais independente.....9

1.3 - Jânio, Jango e a efetivação da Política Externa Independente.....9

Capítulo 2: Os militares e o realinhamento com os EUA.....10

2. 1 - Costa e Silva e o começo da volta do pragmatismo.....13

Capítulo 3 - A deténte e o novo cenário externo.....15

3.1 - 1974, o retorno a uma política externa mais livre.....19

3.2 - Brasil e China: reatamento e a busca por parcerias.....20

4. Considerações finais.....25

5. Bibliografia.....28

Introdução

Brasil e China mantêm uma relação comercial que data de pelo menos desde o século XVII, já que Portugal mantinha comércio entre Macau e o Brasil. Desde o começo, as relações não sofreram alterações muito drásticas até o ano de 1949, quando aconteceu a revolução socialista liderada por Mao Tsé-Tung. Segundo Henrique Altemani até o final do século XIX não havia uma relação sólida entre o Brasil e a China, muito por conta dos problemas que o país asiático passava:

> Já com a China, os contatos bilaterais foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que a afetaram do final do século XIX e na primeira metade do século XX. Mesmo assim, registrou-se durante o século XIX a entrada oficial de aproximadamente 3.000 chineses, decorrente, em especial de tentativas isoladas de recrutamento de mão-de-obra para trabalho na agricultura e para o cultivo de chá no Rio de janeiro.
>
> (ALTEMANI, 2012, p. 122)

Apesar de algumas iniciativas entre o Brasil na época do Império e a China, na época do império, não muito foi construído na relação entre os dois países. Honório Rodrigues (1966) afirma que "eram relações sem nenhuma significação, esquecidas como estavam as relações de troca e as contribuições mútuas que haviam marcado o Brasil colonial". Quanto à época da primeira fase da República no Brasil acrescenta que a situação que muda muito pouco até 1949.

O contexto histórico do ano de 1949 foi marcado pelo pós-II Guerra e pela Guerra Fria, que seguiu até o ano de 1991 com o fim da União Soviética. A aliança de conveniência das democracias liberais com Josef Stálin e o regime socialista na Segunda Guerra Mundial tinha acabado, os ânimos antissocialistas estavam exaltados no Brasil. E quando o lado socialista saiu vencedor na Guerra Civil Chinesa que havia começado no ano de 1927 (com uma pausa durante a invasão japonesa de 1937 a 1945), o governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra encerrou as relações diplomáticas com a China em 1949. O Brasil seguiu a reação dos Estados Unidos, que deram apoio ao lado dos nacionalistas do Kuomitang (liderados por Chiang Kai-Chek), que perderam a guerra civil e se viram obrigados a se refugiar na ilha de Taiwan. A China estava devastada após a ocupação japonesa e a Guerra Civil Chinesa e o estado das coisas no país quando o partido comunista chinês subiu ao poder

foi de fraqueza política e econômica. Por pressão dos Estados Unidos também não puderam resolver questões como a fuga do Kuomitang para Taiwan. Para termos uma noção do clima da repressão política no pós-revolução:

> Em 1949, depois de 22 anos de luta armada, os comunistas chineses finalmente conquistaram o poder. Para estabelecer a nova ordem, em 1951 o Comitê Central lançou a campanha de repressão aos contrarrevolucionários (Zhengfan Yundong), na qual ocorreu cerca de 1 milhão de execuções. Alguns autores ocidentais estimam que, entre 1949 e 1953, cerca de 2 a 5 milhões de chineses tenham sido vitimados (Craig, 1994:69-72). Talvez por causa do controle ferrenho dos comunistas, a China gozava uma paz social sem precedentes. (SHENG, 2012, p. 9)

A escolha política do Brasil em romper as relações com a China revolucionária foi validada principalmente entre os militares, desde que o presidente Eurico Gaspar Dutra se alinhou com os Estados Unidos e reconheceu Taiwan como o governo legítimo da China houve uma busca por mais liberdade nas relações externas nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e surgiu uma retomada nos rumos para se associar novamente com a China comunista por uma ótica menos ideológica e mais focada no pragmatismo.

Podemos observar entre os intelectuais da área das relações internacionais a noção de que um país como a China Continental, com sua dimensão e grande população, não podia mais ficar sem representação na ONU. É o ponto de vista que segue José Honório Rodrigues (1966) que, citando Tristão de Athayde, interpela os motivos insuficientes que fazem os Estados Unidos não reconhecerem a República Popular da China: “que querer ignorar a existência da China comunista e considerar a Ilha de Formosa como representante de toda a China, é um desses artifícios da política internacional que a própria natureza, por meio do tempo acaba corrigindo” (RODRIGUES, 1966, p. 145). Podemos observar o mesmo raciocínio com Araújo Castro, participante da comitiva que visita a China, em 1961, chefiada por João Goulart fez em 1961, que durante a visita viu as grandes possibilidades de negócios entre os dois países. Desde 1949 houve recuos e avanços no estabelecimento, recuos na parte dos alinhamentos excessivos aos Estados Unidos e avanços quando da visita de João Goulart em 1961 e do pragmatismo da política exterior do governo Geisel. Os intelectuais tiveram um importante papel no convencimento dos governantes com livros e em artigos de jornal.

Outro fator a ser debatido é a atuação sempre presente dos Estados Unidos nas nossas relações internacionais, em relação à qual os nossos governantes atuavam de maneiras oscilantes, uns seguindo a linha de atuação da potência do norte e outros tentando novos

caminhos. Vemos que a pressão estadunidense a iniciativas de autonomia da nossa política externa, desde pelo menos desde a Segunda Guerra, sempre ocorreu. É o que afirma Moniz Bandeira acerca da das táticas utilizadas durante a gestão Kennedy, e posteriormente Lyndon Johnson no país:

> "O empenho de Kennedy em preservar, ainda que aparentemente, o invólucro democrático-representativo dos regimes políticos nos países latino-americanos visou a criar condições morais que justificassem a continuidade da campanha não apenas contra Cuba como também contra qualquer revolução social que viesse a ocorrer no continente. Entretanto, não significava que ele e seus colaboradores, os homens da Nova Fronteira, tivessem preconceitos contra golpes de estado ou mesmo contra assassinatos e outros atos de terrorismo. Foi durante sua administração que os EUA passaram a recorrer mais ao terrorismo, sob todas as modalidades, como instrumento de política exterior". (Bandeira, 2010, p 377)

Com essa interferência em mente é importante ter em conta que a iniciativa de mais liberdade na política externa nacional não era bem-vista pelos Estados Unidos, que tinham a iniciativa de não aceitar e até sabotar tentativas de fuga da sua órbita de influência na América Latina. Daí seu apoio à tomada do poder pelos militares no Brasil em 1964. O que foi bem-sucedido, já que houve uma volta da política externa a uma subordinação maior aos ditames impostos por Washington. Como veremos mais na frente na pesquisa.

Dutra e o alinhamento automático e sem recompensa

Eurico Gaspar Dutra ganhou a eleição para presidente da república na primeira eleição pós-Segunda Guerra Mundial pelo Partido Social Democrata, assumindo em 1946 e ficando no poder até 1951. Sua ideologia anticomunista ficaria conhecida por ações como seu apoio à declaração de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro em 1947, mesmo o partido tendo uma votação expressiva na eleição do ano anterior. Deputados eleitos pelo partido perderam seus mandatos em janeiro de 1948, atingindo nomes como Carlos Marighella e Jorge Amado, ademais, Dutra encaminhou o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética no mesmo ano.

É importante neste contexto descrever o que ficou conhecido como política do *alinhamento automático* com os Estados Unidos, na interpretação de Gerson Moura. Segundo ele, a política externa do Brasil se virou completamente para a órbita de Washington, porém tal movimento não trouxe as benesses que o país imaginava conseguir da potência. Enquanto no governo Vargas este alinhamento era visto como um tipo de instrumento, no governo Dutra este alinhamento, em realidade se tornou o *objetivo* desta política, tanto em termos multilaterais quanto bilaterais" (MOURA, p. 181). Moura lista as 3 principais atitudes que guiavam a política externa do momento dos primeiros anos da ONU:

> A primeira foi votar junto com os Estados Unidos em todas as questões importantes, no caso de questões crucias para o Reino Unido, a orientação era seguir a votação do governo de Sua Majestade, já que esta não se opunha aos Estados Unidos. A segunda atitude envolvia a oposição esquemática às iniciativas identificadas como comunistas e aos regimes identificados com a União Soviética. A terceira estava ligada ao equilíbrio do poder na América do Sul: apesar do Brasil apoiar os Estados Unidos, estes últimos evitavam assumir uma posição hostil à Argentina para impedir um conflito entre os dois países. (MOURA, 1990, p. 183 e 184)

Como já era de se esperar, quando Mao Tsé-Tung saiu vencedor da disputa com os nacionalistas do Kuoamitang em 1949, Dutra manteve seu critério e também fechou as relações diplomáticas com a China. Conforme ilustra Amado Luiz Cervo, o governo Dutra tinha atitudes hostis ao mundo comunista:

> Em abril de 1945, portanto ao final da Segunda Guerra, Vargas anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Pesaram na decisão o concurso do governo dos Estados Unidos e a antevisão de que o Brasil e URSS estariam presentes à Conferência de São Francisco. Logo depois, em 1947, após a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, a imprensa estatal soviética desferiu ataque ao governo brasileiro e às Forças Armadas. Após a recusa do governo soviético em dar as explicações solicitadas, o governo brasileiro rompeu relações. A embaixada norte-americana ficou encarregada dos interesses brasileiros

> em Moscou. A ruptura de relações, ocorrida em outubro daquele ano, na verdade foi a culminância de um processo de deterioração nas relações entre os dois governos.
>
> (CERVO, 2008, p. 296)

De uma maneira geral houve uma continuidade com a política externa praticada no governo Vargas, como a nomeação de João Neves da Fontoura como novo ministro das Relações Exteriores, um homem com ligações com Getúlio. E a busca pela suposta manutenção da relação especial que os EUA teriam com o Brasil, mesmo com o fim da II Guerra Mundial, o que não se concretizou pela preocupação dos Estados Unidos em balancear o poder do Brasil no hemisfério.

Gerson Moura faz uma interessante análise da mentalidade dos políticos da época sobre a relação dos Estados Unidos:

> O governo Dutra estava convencido da ligação especial do Brasil com o mundo ocidental e estava certo de que a melhor maneira de se enfrentar um novo conflito global era formar um alinhamento estreito com a política estadunidense. (...) Os planejadores brasileiros esperavam que um alinhamento com os Estados Unidos conferisse uma série de vantagens especiais. A mais importante seria uma posição militar única na América do Sul e a consideração política correspondente que tal posição lhe daria. A segunda vantagem seria uma participação clara em diálogos sobre a paz e o estabelecimento da nova ordem internacional pós-guerra. (MOURA, 1990, p. 61)

A expectativa de que os Estados Unidos teriam uma política de boa vontade na região não se concretizou. Os EUA viam risco do comunismo se expandir para áreas do leste europeu e para a Ásia, a política externa dos EUA não teve muitas iniciativas para com a América Latina. Para se ter uma ideia foram investidos muito mais no Plano Marshall na Europa do que na nossa região[1]. Somente depois que ocorreu em Cuba uma revolução em 1959, a política externa do país de Washington teve uma análise da situação externa mais atenta para a américa Latina.

JK e tentativa de uma política externa mais independente

Passado o governo Dutra, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência em 1956. Depois da Segunda Guerra, o Brasil não manteve o poder de negociação que tinha durante o conflito, tendo o país uma atuação mais contida e realista nas relações exteriores. Mas

[1] (JUDT, 2011, p. 95)

podemos notar que o alinhamento automático do governo anterior não era mais seguido à risca. Importantes feitos também puderam ser notados nesta mudança de rumo:

> Quanto a política externa de JK de uma forma mais geral, esta foi marcada por avanços e recuos, posto que conjugava, nas palavras de Gérson Moura, a "gestação de formulações e posições de independência em meio à reafirmação de posições de alinhamento". Nesse sentido, vale ressaltar a conclusão das negociações para o restabelecimento das relações comerciais com a URSS. A participação do Brasil em operações de paz promovidas pela ONU, como na Força de Emergência no Canal do Suez e o envio de oficiais da Força Aérea ao Congo. Em apoio à operação para contornar a crise deflagrada pelo assassinato do presidente Lumumba (1961). (PINHEIRO, 2012, p 32 e33)

A maior realização no setor da política externa durante o governo JK foi a Operação Pan–Americana. Criada com o intuito de unir os países do continente americano num projeto conjunto de desenvolvimento social e econômico. Com ênfase no combate à pobreza e o subdesenvolvimento na América Latina. Um claro contraponto à Washington e sua política para a região. Combater o subdesenvolvimento para evitar que os países caíssem em revoluções de cunho socialista era uma das metas do projeto, uma vez que a pobreza é terreno fértil para populismos e rupturas da ordem. Os EUA não se entusiasmaram com a iniciativa de JK, o presidente Kennedy já no primeiro ano de seu mandato em 1961 criou a Aliança para o Progresso, um tipo de resposta ao avanço do comunismo na América Latina, pois desde que a revolução cubana assumiu seu deslocamento para a esfera de influência da União Soviética, a potência ficou mais cautelosa ao que se passava na região.

Jânio, Jango e a busca frustrada pela Política Externa Independente

Apesar de breve (de janeiro a agosto de 1961), no governo Jânio Quadros ocorreu uma importante contribuição ao pensamento da diplomacia brasileira. Na gestão da política externa vemos o que pôde ser um começo para a reaproximação posterior com a China. Ou seja, a busca por uma política não alinhada inteiramente com Washington que visava diminuir a influência dos Estados Unidos nas escolhas geopolíticas. Um pouco nos moldes do Movimento dos Países Não-Alinhados que teve início em 1955 e contava com países como Iugoslávia, Índia e Egito, que também buscavam mais liberdade nas suas políticas externas, sem a interferência dos EUA e URSS. A ampliação econômica para outros países, como os do bloco socialista era uma das metas principais da PEI.

Um de seus principais formuladores foi San Tiago Dantas, que descreveu desta maneira os princípios básicos da doutrina:

> Creio que esse sistema - ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor - ordenou-se dos seguintes pontos: A. contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole. (DANTAS, 2011, p 10)

A renúncia de Jânio Quadros foi marcada por conflitos políticos entre uma ala "legalista" e uma ala mais extremista do exército que não queria que o vice João Goulart assumisse a presidência, devido a seu vínculo com o trabalhismo varguista, dentre outros motivos, como a acusação de ser simpático ao comunismo. No final houve um acordo em que Goulart assumiria a presidência, desde que acontecesse uma mudança para o regime parlamentarista, o que arrefeceu os ânimos por um tempo.

É digno de citação o contexto da renúncia de Jânio Quadros, quando o seu vice estava em visita à China Comunista, em agosto de 1961, dado a simpatia que o então quadro do trabalhismo brasileiro e seu partido (o Partido Trabalhista Brasileiro) tinham pela China. Podemos nos perguntar as razões desta visita, já que Jânio Quadros na sua retórica política fazia críticas ao comunismo. Só que a legislação eleitoral da época, diferente da de hoje, previa eleições diretas para o presidente e também para o vice. Daí a contradição entre as ideias de Quadros e Goulart. Entretanto, os interesses comerciais brasileiros se sobrepunham, em princípio, às questões políticas. Podemos afirmar que esta importante tentativa de reatamento não seguiu em frente devido aos tensos momentos que se seguiram à posse de Goulart como presidente e o Golpe Militar de 1964.

No plano externo houve uma procura pela continuidade das teses da Política Externa Independente. A nomeação de San Tiago Dantas ao cargo de ministro das Relações Exteriores deu ainda mais forma a este pensamento. Sendo assim, o Brasil concluiu em 1963 um acordo de comércio e pagamento com a União Soviética, o que irritou os Estados Unidos.

Os militares e o realinhamento com os EUA

Com a queda de João Goulart e a instalação de uma ditadura militar, as relações entre Brasil e Estados Unidos ficaram novamente mais alinhadas, como acentua Leticia Pinheiro:

> Com o Golpe Militar de 1964, novamente a política doméstica brasileira seria objeto de profunda revisão. Diferentemente de outros momentos de ruptura da

> ordem, porém, agora também a política externa brasileira seria atingida. Na realidade, nesse momento da política interna e externa se reforçaram mutuamente posto que um componente essencial da ideologia que legitimava o novo regime era a tese de que o golpe representava uma reação defensiva contra a ameaça comunista internacional. A deposição de Goulart conduziu os militares ao poder e fez retornar o paradigma *americanista*, pois a aliança com os Estados Unidos era vista pelos novos dirigentes como parte integrante da luta interna contra o comunismo. (PINHEIRO, 2012, p. 36 e 37)

A questão da segurança interna e o perigo do comunismo revigorava novamente a aliança com os Estados Unidos. Depois que Cuba foi para a órbita da União Soviética no início dos anos 60, a política dos EUA para deter o avanço do socialismo na região foi mais intensa, como percebemos na citação acima. A região da América Latina sofreu vários golpes militares na época e o apoio dos EUA foi fundamental para dar validade externa aos regimes de exceção.

O primeiro presidente militar, marechal Humberto Castelo Branco, seguiu posições mais americanistas. A crença de um retrocesso nos avanços dos últimos anos no setor não escapou às críticas, como observa Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

> O general Castello Branco juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram-se a desmantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente, tais como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina. Providenciou Castello a imediata substituição do embaixador brasileiro em Washington, designando para aquele posto Juracy Magalhães, tendo em vista, Malan. (CERVO; BUENO, 2008, p.394)

Um bom termômetro para avaliar o afastamento e as vantagens de uma reaproximação com a China, numa visão crítica ao alinhamento incondicional da política externa com os EUA da época, é o pensamento do historiador José Honório Rodrigues. No livro *Interesse Nacional e Política Externa* (1966), faz uma interessante análise deste processo. Para criar um quadro mais amplo, Rodrigues recua à época do Brasil colônia, período no qual Portugal já tinha relação com a China por conta da colônia portuguesa em Macau. Passa também pela assinatura de acordos comerciais no século XIX entre os dois países. Segue até as tensões do pós-golpe militar de 1964, período no qual ocorreu até a prisão de nove chineses que haviam vindo ao país para uma missão comercial. O caso gerou um conflito diplomático entre o Brasil e a China. Segundo Guedes e Fiuza (2013), os chineses presos foram torturados e o

dinheiro que portavam não foi devolvido. Eles só foram soltos e extraditados cerca de um ano depois[2].

Rodrigues tem uma visão simpática a uma reaproximação com a China e lamenta a subserviência que a ditadura militar teve com os interesses americanos. O que fazia o país refém de demandas que não traziam benefícios para o país. Somente no governo Médici (1969-1974), a linha da política externa brasileira procurou ficar mais livre. Ele adotava uma visão mais economicista ao citar:

> As missões constantes da América Latina, como México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, ainda se faz em escala reduzida, pois as importações da China representam somente 12% de suas importações totais e 17% das suas importações do mundo não comunista. Mas, embora em pequena escala este comércio é importante, pois diversifica os mercados de exportação, ajuda a reduzir pelo pronto pagamento em moedas conversíveis as balanças comerciais adversas e os preços ou são mundiais ou ligeiramente acima. Ambos os lados podem antever largos mercados potenciais. (RODRIGUES, 1966, p. 152)

Esta era uma constante dos pensadores e diplomatas que viam na China uma boa oportunidade para se fazer negócios e pactos que beneficiariam o país. A diversificação dos mercados dava mais liberdade e margem de negociação para o país. O mundo comunista não poderia mais ser negligenciado por conta de preconceitos ideológicos. Os militares brasileiros se viam como uma vanguarda contra o avanço do comunismo mundo e na manutenção da cultura ocidental cristã. Mas até que ponto essa escolha não dificultava nossa margem de manobra num mundo que cada vez mais se conectava economicamente? Em cima destes dilemas veremos as soluções imaginadas pelos diplomatas brasileiros.

Costa e Silva e o começo da volta do pragmatismo

O paradigma americanista ainda continuava nas relações exteriores brasileira, porém novas circunstâncias surgiram para a ida para uma postura mais independente do país. Celso Lafer afirma que estas novas condições eram ditadas por novas permissividades do sistema internacional:

---

[2] Acusação de torturas, o dinheiro dos chineses que não foi devolvido e a condenação deles deixou por muito tempo a percepção de um imbróglio mal resolvido. Em dezembro de 2014, depois de 50 anos, o governo brasileiro reconheceu o erro histórico cometido contra os nove chineses. Uma portaria do Ministério da Justiça revogou o decreto de março de 1965 e no dia 12 de agosto de 2015, os nove chineses foram condecorados com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul.

> A oportunidade para uma política externa mais vigorosa aparece também em virtude das condições de permissibilidade geradas pelas características de funcionamento do sistema internacional. Este tem apresentado várias notas novas e importantes. São elas: (i) as crescentes internacionalização e interdependência da economia mundial, tanto em termos de mercados (a expansão do comércio mundial) e empréstimos (intensidade de fluxos financeiros), quanto de investimentos (papel das multinacionais); (ii) a progressiva complexidade do sistema internacional provocada pela descolonização e pelo surgimento, com o Grupo dos 77, de novos protagonistas nas relações interestatais; e (iii) a redução da primazia econômica dos Estados Unidos no processo de criação e transferência internacional de recursos, processo que vem se constituindo num dos eixos básicos da vida mundial nesta era de confrontação industrial e tecnológica. (LAFER, 2018, p. 1.034 e 1035)

Rubens Ricupero (2017) fala sobre este momento como "o fim da lua de mel com os Estados Unidos". O descompasso entre os dois países se deu pelo fracasso em transformar o Brasil "numa vitrine do êxito da Aliança para o Progresso", o que acabou sendo uma ilusão. Segundo Ricupero, exportar instituições a povos com tradições distintas, sem levar em conta particularidades internas, quase sempre leva ao fracasso.

É digno de nota o endurecimento do regime militar no Brasil com a subida de Costa e Silva ao poder. Seu grupo político era conhecido como a "linha dura do regime", que aumentou o radicalismo e fechou de vez a possibilidade da volta ao regime democrático no curto prazo, como sentenciou Gaspari (2014) a Ditadura passou de envergonhada para escancarada na série de livros que lançou sobre o período histórico. Não podemos nos esquecer de que no começo o Golpe Militar se colocava como um defensor das instituições democráticas, sobretudo se colocando como uma alternativa às atitudes de João Goulart na presidência, que eles que eles julgavam como comunistas, e que o poder seria devolvido aos civis nas eleições marcadas para 1965. A instauração do Ato Institucional n°5 em dezembro de 1968 enterrou de vez a ilusão de que o retorno à democracia ia vir depois de apenas uma intervenção militar curta.

Há um debate na historiografia acerca da Ditadura Militar sobre o AI-5 e a responsabilização das esquerdas pelo mesmo, como pretenderam os militares, ou a reação da esquerda ao AI-5. O historiador Carlos Fico afirma que tanto os militares quanto os grupos armados estavam disposto para o confronto. Para Fico já havia a opção pela luta armada em segmentos da esquerda desde de pelo menos a Revolução Cubana de 1959. Ele define bem os paradoxos destas duas versões:

> A luta armada foi usada como pretexto para a retomada da "Operação Limpeza" que a linha dura vinha tentando restabelecer desde 1964. Esse grupo extremista saiu fortalecido e encastelou-se no poder com o nome de "comunidade de segurança e de informações". Nesse sentido, a luta armada não ajudou a terminar com a ditadura.

> Entretanto, seu paroxismo serviu para desnudar a falta de limites dos que endureceram o regime. As campanhas internacionais de denúncia da tortura (ainda pouco conhecidas entre nós) foram importantes para fragilizar o regime. (FICO, 2020, p. 93)

Grupos armados foram criados e realizaram ações como assaltos a banco e roubo de armas com o intuito de financiar e equipar a revolução comunista. Seguindo o exemplo de Fidel Castro e a Revolução Cubana, queriam derrubar o governo por meio da luta armada. O Partido Comunista Brasileiro não aderiu a esta luta e grupos menores passaram a se organizaram. O grupo rebelde de guerrilha urbana mais conhecido e combativo foi a Aliança Libertadora Nacional, criada em 1968 por dissidentes do PCB, e seus principais líderes eram Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva.

Aliás, é importante acentuar que houve uma cisão dentro do PCB, e em 1962, foi criado o Partido Comunista do Brasil (PC do B), sendo o maoísmo a principal inspiração do grupo. Eles se basearam no modelo da revolução feita por Mao Tsé-Tung e muito dos militantes que lutaram na Guerrilha do Araguaia foram treinados na China conforme afirmam Morais e Silva (2005): "os brasileiros chegavam com a tarefa de aprender técnicas de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Fariam cursos teóricos e práticos de combate no campo. Buscavam a experiência dos homens que fizeram a Revolução Chinesa.".

A deténte e o novo cenário externo

Com a morte de Costa e Silva em 1969, Emílio Garrastazu Médici foi o escolhido pelo Alto Comando do Exército para o cargo de presidente da República. A repressão política contra a oposição atraiu a atenção da opinião pública internacional. O apoio aos golpes de Estado realizados por militares na América Latina passou a não ser mais a primeira opção da política externa americana em relação à América Latina, muito por conta deste novo cenário. Principalmente na época da gestão Jimmy Carter, entre 1977 e 1981, na qual a questão dos direitos humanos foi bastante utilizada pelo democrata.

Elio Gaspari descreve com detalhes os dilemas do chanceler Mario Gibson Barboza frente ao desafio:

> A mais importante ofensiva de denúncias foi lançada nos Estados Unidos. Na manhã de 28 de fevereiro de 1970 um editorial intitulado "Opressão no Brasil", do *Washington Post*, o mais respeitado jornal da capital americana, surpreendeu a embaixada brasileira em Washington. Era severo, mas equilibrado: "Embora tenham um longo caminho a seguir antes de superar a Grécia ou o Haiti na tortura de presos políticos, os ditadores militares que dirigem o Brasil estão indo rápido".

> Três dias depois da publicação do editorial e de sua transmissão ao Itamaraty pela embaixada brasileira, o chanceler Mario Gibson Barboza convocou ao seu gabinete o embaixador Charles Elbrick. Mostrou-lhe ao artigo e disse-lhe que ele poderia funcionar como uma bola de neve junto à opinião pública americana e que nesse caso, "o efeito sobre nossas relações será incalculável". (GASPARI, 2014, p. 284)

O *The New York Times* foi outro grande periódico estadunidense que passou a denunciar os desmandos da Ditadura Militar. Chegando a divulgar manifestos de intelectuais e políticos liberais contrários aos militares em suas páginas. A reação de políticos democratas ao endurecimento do golpe no Brasil foi vista como uma ingerência externa pelos militares. Atitude semelhante seriam tomadas por líderes republicanos como foi o caso dos rumos tomados pelo governo Richard Nixon que tomou posse em 1969 e seguiu o *modus operandis* dos governos democratas.

Moniz Bandeira (2011) opina que as razões para Richard Nixon ainda fechar os olhos para os abusos do regime militar brasileiro eram oriundas do ambiente favorável aos negócios que os militares ofereciam aos Estados Unidos e ao capital financeiro internacional. O Golpe de Estado no Chile em 1973 foi outro problema enfrentado por Nixon no âmbito da opinião pública internacional, as cenas do massacre impetrado contra os oponentes políticos mudou a visão de muitas pessoas quanto aos apoios que a CIA (*Central Intelligence America)* dava aos golpes militares na América Latina em nome da luta contra o comunismo.

Bandeira também realça a mudança da opinião pública norte-americana, principalmente depois que Nixon entra em desgraça pelo escândalo de Watergate:

> Já que então o povo norte-americano também se chocava com as informações de que a CIA gastara milhões de dólares, parte dos quais fornecidos pela IT & T, a fim de desestabilizar a situação política no Chile e derrubar seu presidente constitucional, o socialista Salvado Allende, instalando uma ditadura militar na qual o terror do Estado, com torturas e fuzilamentos, não respeitava as normas elementares dos direitos humanos. Grande parte da opinião pública dos Estados Unidos compreendeu assim que seu governo promovia e apoiava as mesmas torpezas, com o que, efetivamente, qualquer "distinção moral" entre ditaduras não comunistas e comunistas se dissipava. (BANDEIRA, 2011, p. 182 e 183)

Neste novo contexto da política internacional é importante falar sobre o que ficou conhecida como Détente, palavra em francês que pode traduzida como relaxamento ou distensão. Este termo é utilizado para representar a redução da tensão entre Washington e Moscou que ocorreu no final dos anos 60 e começo dos 70, José Flávio Sombra Saraiva (2017) fala em quatro grandes eventos que determinaram as relações internacionais nos anos 70. A Détente, a tendência da flexibilização da relação entre as potências União Soviética e

os Estados Unidos. Depois cita uma tomada de consciência da “diversidade de interesses”. O então chamado Terceiro Mundo também é citado, com a construção de uma “nova ordem econômica internacional”. E por último a crise econômica, provinda especialmente da crise energética do petróleo e financeira. Apesar da diminuição dos conflitos e da procura por entendimentos na área nuclear, os choques entre as duas superpotências continuavam existindo, principalmente na África.

Do ponto de vista de Sombra Saraiva, houve na situação mundial de então uma consciência maior de diversidade de interesses nas relações internacionais. Muito por conta de fenômenos como o revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus, os novos dados estratégicos mundiais que punham em xeque a Aliança Atlântica e a emergência da economia japonesa. Ele também destaca o esforço de afirmação da América Latina e os movimentos dos povos e Estados do Terceiro Mundo para encontrar caminhos próprios como fatores desta mudança de rumo. E explicita seus pressupostos sobre a brecha no poder mundial:

> Os movimentos dos povos e Estados do Terceiro Mundo para encontrar caminhos próprios, fizeram dos anos 1970 um tempo de diversidade de interesses nas relações internacionais. A crise de liderança no Ocidente, que permitiu certa brecha no poder de comando dos Estados Unidos, foi o ponto de partida para a proposição europeia de uma política de relativa independência estratégica, militar e econômica. A busca de autonomia europeia se sustentou em dois fundamentos: um de matriz histórica e outro vinculado aos desígnios da própria década de 1970. (SARAIVA, 2012, p. 262)

Os Estados Unidos estabeleceram relações diplomáticas com a República Popular, inexistentes desde 1949, em fevereiro de 1972, quando da viagem de Nixon a Pequim. Passou a reconhecer em 1979 somente o governo da República Popular da China na ONU e não mais o que reivindicava o poder desde a ilha de Taiwan. A reaproximação já vinha sendo conduzida pelo governo de Richard Nixon pelo mesmo desde 1969 (não de maneira explícita), com a importante colaboração de Henry Kissinger. Uma das razões que levaram a este recomeço nas relações entre ambos foi resultado da crise entre a União Soviética e China que vinha desde a morte de Josef Stálin, o que culminou em estado de quase guerra na metade final dos anos 60 entre os dois países socialistas. Vendo a oportunidade de enfraquecer o grande rival de então, os EUA adotaram uma posição de reaproximação com a China. Conforme afirma, Henry Kissinger, o Secretário de Estado dos Estados Unidos da gestão Nixon:

> Nixon decidiu, ao contrário, concentrar-se na questão maior da atitude da China sobre um diálogo com os Estados Unidos. Deu-se prioridade à determinação do escopo do triângulo sino-soviético-americano que ia surgindo no horizonte. Se pudéssemos confirmar aquilo de que suspeitávamos — que a União Soviética e a China tinham mais medo uma da outra que dos Estados Unidos — estava aberta uma oportunidade inédita para a diplomacia americana. Se as relações melhorassem nessa base, a agenda tradicional cuidaria de si mesma; se as relações não melhorassem, a agenda tradicional permaneceria insolúvel. Quer dizer, as questões práticas seriam resolvidas como consequência do restabelecimento sino-americano de relações amigáveis, ao contrário de balizar o caminho para estas. Executando a estratégia de transformar o mundo dividido entre duas potências, em um triângulo estratégico, os Estados Unidos anunciaram, em julho de 1969, uma série de iniciativas unilaterais para indicar a mudança de atitude. Cancelou-se a proibição de americanos viajarem para a República Popular da China; aos americanos era permitido trazer US$ 100 de bens chineses para os Estados Unidos; e permitiram-se carregamentos limitados de cereais americanos para a China. Estas medidas, insignificantes em si mesmas, visavam transmitir a nova abordagem americana. (KISSINGER, 2012, p. 880)

Somente em 1971 o regime do Partido Comunista Chinês consegue o reconhecimento oficial da Organização das Nações Unidas, depois de 21 tentativas. De 1945 a 1971 quem estava entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU era a República da China, com sede em Taiwan, e não o governo da República Popular da China, com sede em Pequim.

A campanha diplomática da China contra Taiwan foi bem sucedida. Em 2022, mais um país deixou de reconhecer a ilha como país autônomo. A saída da Nicarágua do rol deixa em apenas 15 o número de países que a reconhecem, sendo o Paraguai o maior desta lista. Apesar de Taiwan ter o apoio tático e militar dos Estados Unidos, a pressão de uma China com cada vez mais poder no cenário internacional tem isolado ainda mais a República da China.

Havia no mundo e entre os próprios estadunidenses uma percepção de uma decadência do poder dos Estados Unidos sobre o mundo. O fracasso da Guerra do Vietnã, Watergate e a crise econômica deixaram feridas que foram transmitidas como uma fraqueza do império americano. Veio daí a necessidade dos Estados Unidos em fazer um remanejamento de força e buscar novas maneiras de atuação no tabuleiro global das relações exteriores. Pode ser colocado nesta nova estratégia as visitas de Nixon à China e à União Soviética em 1972. Dois tratados militares foram assinados com a URSS: o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas e o Tratado de Mísseis Antibalísticos. A ideologia deixava de ser o pensamento proeminente na rivalidade entre as duas superpotências e foi mais para o terreno do geopolítico.

O diplomata brasileiro Araújo Castro cunhou um termo que define estes acordos como o *congelamento do poder mundial* no quadro político-estratégico de 1945, isto é, dos vencedores da II Guerra Mundial. Sendo o Tratado de Não Proliferação Nuclear o principal o mais importante nesta direção. E acrescenta:

> O Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia claramente como firme e indisfarçada tendência no sentido de Congelamento do Poder Mundial E quando falamos de Poder, não falamos apenas de Poder Científico e Tecnológico. O Tratado de Não-Proliferação, ponto mais alto da *détente* entre a URSS e os Estados Unidos, é o instrumento central dessa política de congelamento do Poder Mundial. Ao que tudo indica, o Tratado foi imposto pela União Soviética, como condição *sine qua non* para o prosseguimento do processo de *détente*. (CASTRO, José. O congelamento do poder mundial. Revista de informação legislativa, v. 8, n. 31. p. 37-52, jul./set. 1971)

Sendo assim, o Brasil foi se sentindo mais encorajado em buscar novas parcerias internacionais. Um bom exemplo foi o pacto nuclear com a República Federal Alemanha em 1975, que contou com a oposição de Washington. O reconhecimento das independências na África portuguesa foi outro exemplo desta nova guinada da política externa brasileira, que em 1974 realiza o reatamento diplomático com a China continental.

1974, o retorno a uma política externa mais livre

O presidente brasileiro Ernesto Geisel representou em linhas gerais uma vitória para a ala mais moderada dos militares. Geisel deu declarações após assumir o cargo de presidente que a abertura política seria “lenta, segura e gradual”. Suas ações no poder ficaram conhecidas como “distensão” e “abertura”. O historiador Marcos Napolitano (2014) faz uma ressalva aos que associam ao relaxamento político do momento a uma ação apenas de cima para baixo, e que colocam o governo Geisel num tipo de lugar de honra na memória das liberdades sobre a ditadura. Ele acentua que ela se deu ao custo de luta popular e dos políticos de oposição:

> Em primeiro lugar, restringe o processo político ao projeto de “distensão” e de “abertura”, que teriam sido frutos de uma política deliberada e autoconsciente de governo, conduzida pelo alto, desde a posse de Geisel. A presença de Golbery do Couto e Silva no governo seria a prova dessa intenção. Cabe perguntar se aquilo a que chamamos de abertura foi fruto, exclusiva ou prioritariamente, das intenções e conduções do Palácio. Qual o papel dos agentes sociais, sobretudo aqueles ligados à oposição nesse processo? (NAPOLITANO, 2014, p. 232 e 233)

Apesar das mortes por tortura ainda ocorrerem com os opositores do regime, e que causavam constrangimento ao Governo Geisel, como foi o caso do jornalista Wladimir

Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, o sentimento geral de que a Ditadura Militar estava caminhando (mesmo que a passos lentos) para uma abertura era uma constante. O historiador estadunidense Thomas Skidmore (1988, p. 285) relata as contradições deste processo citando o exemplo do cientista político Samuel Huntington que esteve no Brasil a convite dos militares para expor os possíveis caminhos da redemocratização em seminários, ainda no final do governo Médici. E acrescenta as ressalvas de Geisel: "mais objetivamente, o presidente logo depois reiterou seu compromisso com a liberalização, embora advertindo também a oposição contra a tentativa de manipular a opinião pública a fim de pressionar o governo". É notável que mesmo com a plena atividade do aparato repressivo de segurança eventos deste tipo acontecessem.

No segmento da política externa vigorou o que ficou conhecido por "Pragmatismo responsável". Palavras tiradas do discurso programático da primeira reunião do gabinete de Geisel, ocorrida em 19 de março de 1974. Este pragmatismo deveria ser feito com vistas aos "interesses do nosso comércio exterior", também possuía "um senso de prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos necessários". Muito deste pragmatismo ocorre por conta do novo cenário externo que já vinha se delineando desde o governo anterior. O sentimento de mais independência e um alinhamento que fugia bastante ao que foi idealizado no começo do regime militar no governo Castello Branco entre 1964 e 1967. Guardadas as devidas proporções, era uma volta aos princípios da Política Externa Independente de antes do Golpe Militar.

Brasil e China: reatamento e a busca por parcerias

Nesta nova diretriz era natural a busca da parceria da República Popular da China. Depois de cerca de 25 anos sem relações formais, Pequim e Brasília voltam a ter embaixada nos dois países. Apesar do cenário externo menos tenso e mais aberto a novas parcerias comerciais, não foi uma tarefa fácil para Geisel e seu ministro das relações exteriores. Eles tiveram trabalho em seguir esta nova diretriz diplomática. Elio Gaspari descreve bem os bastidores da oposição interna que eles tiveram que enfrentar.

> Geisel teve que recorrer à oitiva do Conselho de Segurança Nacional e, contado os votos escritos, verificou que os sete representantes das Forças Armadas continuavam contra. Foi à luta e reverteu cinco votos. Não mudou a opinião do general Frota, que veria no episódio "imposições a rigor desabonadoras da nossa soberania". A decisão, tomada pouco antes da posse, foi retardada por quase seis meses. O ressentimento da dissidência panfletária do SNI fez-se ouvir no primeiro

> capítulo da *Novela da Traição*: "Reatamos com a China comunista. E o que lucramos com isso? Respondam Golbery e *Silveirinha*, seus leais servidores". (GASPARI, 2004, p. 126)

Apesar de ser o presidente indicado pela ditadura vigente, Geisel teve que ter audácia para seguir este plano. Foi acusado até de ter subversivos infiltrados no seu governo por movimentos mais radicais do exército. Rubens Ricupero é outro que revela os bastidores destes dilemas da política exterior da época:

> Por um lado, é certo que, por ser quem era, Geisel podia denunciar acordos com os Estados Unidos ou reconhecer governo marxista em Angola sem ser suspeitado de comunismo ou esquerdismo. Por outro, mesmo Geisel ou Golbery viam-se compelidos a explicar que agiam por motivos práticos, não ideológicos, ao fazerem o que faziam. Que não se tratava de cautela excessiva veríamos depois, quando o ministro do Exército utilizaria a política externa como um dos exemplos da infiltração comunista do governo. (RICUPERO, 2014, p. 515-516)

A maior vantagem para esta nova atuação diplomática tinha como foco a economia, a abertura de novos mercados era vista com bons olhos, já que o Produto Interno Bruto do Brasil vinha começando a dar sinais de não conseguir manter o crescimento espetacular de 1970 a 1973. A crescente inflação era um problema e o "milagre econômico" com o tempo se mostrou insustentável, já que muito do seu vigor era baseado no endividamento externo e com uma política econômica pouco voltada ao social. A famosa frase da repartição do bolo feita pelo ministro da fazenda, Delfim Neto, ilustra bem o ponto falho desta política. E teve também as consequências do que ficou conhecido como a primeira crise do petróleo de 1973, na qual os países integrantes da Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo), cartel que passou a monopolizar o preço do petróleo, elevaram o preço do petróleo, o que acabou no aumento da inflação. Além do mais, tinha a questão dos Estados Unidos. A reação de Washington era um fator a ser levado em consideração. Daí a procura por palavras não tão desafiadoras na reunião ministerial citada.

Mesmo com esta pressão externa, neste período o país passou a buscar ainda mais parceiros comerciais pautados cada vez menos por conflitos de ordem ideológica. Esta nova linha de atuação do Itamaraty é exemplificada pelo historiador Marco Antonio Villa:

> "Já em abril, o governo brasileiro, pela voz do chanceler Azeredo da Silveira, na Assembleia Geral da ONU, tinha apresentado a nova diretriz da política externa: não se alinharia automaticamente a nenhum país. Estava longe o tempo em que o ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, disse que "o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil". A 15 de agosto, Brasil e República Popular da China estabeleceram relações diplomáticas – houve o rompimento com o governo de Taiwan. Era o reconhecimento da importância econômica da China e

> de que a política externa brasileira deveria se pautar pela defesa dos interesses nacionais – como faziam os Estados Unidos, que, em 1971, tinha reconhecido a "China comunista"." (VILLA, 2014, p. 219)

De acordo com a intenção do presidente e de seu ministro do exterior, pode-se afirmar que finalmente o país se livrava da "camisa de força ideológica" que dominou a política externa brasileira desde o golpe militar de março de 1964. Daí a busca por países do então chamado Terceiro e Segundo Mundo. Sendo assim, a China entrou no radar da diplomacia nacional. Apesar de na época não ter um décimo da força econômica que tem hoje, a China era um país com uma população grande e que convivia com uma crônica falta de comida. Não podemos esquecer que o país asiático vinha do desastre do Grande Salto Adiante. Mao Tsé-tung implementou políticas fracassadas para poder fazer uma industrialização forçada na economia para acabar com os últimos resquícios da propriedade privada no país. Este plano foi um exemplo de como burocratas insensíveis às necessidades do povo comum podem levar uma população inteira à fome. Quem faz um bom retrato desta época é Frank Dikotter que classifica o período entre 1958 e 1962 como uma "descida da China ao inferno". Em sua opinião, o Partido Comunista Chinês jogou o país num delírio com o Grande Salto Adiante, o sonho de catapultar a indústria a todo custo foi um desastre. Mao previa que seu país alcançaria e superaria os níveis econômicos da Grã Bretanha em menos de quinze anos. Dikkoter acrescenta que neste processo:

> Na perseguição de um paraíso utópico, tudo foi coletivizado, e os aldeões foram arrebanhados em comunas gigantescas, que proclamavam o advento do comunismo. As pessoas no campo foram roubadas de seu trabalho, de seus lares, de sua terra, de seus pertences e de seu meio de subsistência. A comida, distribuída às colheradas nos refeitórios coletivos segundo o merecimento, transformou-se em arma para forçar as pessoas a seguir todos os ditames do partido. As campanhas de irrigação forçaram até a metade dos camponeses a trabalhar durante semanas a fio em projetos de reservatórios de água gigantescos, frequentemente distantes de casa, sem alimento e descanso adequados. A experiência terminou na maior catástrofe que o país jamais conheceu, destruindo dezenas de milhões de vidas. (DIKOTTER, 2017, p. 7)

O Brasil como país de grande parte da sua economia sendo agrícola tinha muito a se beneficiar com uma aproximação com a China, que na época já tinha cerca 946 milhões de pessoas. A questão da segurança alimentar sempre foi uma preocupação da liderança do partido comunista chinês, uma parceria com o Brasil seria de grande vantagem para ambos os lados.

2009 foi o primeiro ano em que a China ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial do Brasil chegando a US$ 20 bilhões. Sendo o segundo os EUA (US$ 15,7 bilhões) e o terceiro a Argentina (US$ 12 bilhões)[3]. Mas esta parceria foi marcada por dificuldades no seu começo, as diferenças culturais e linguísticas dificultavam bastante a comunicação entre Brasil e China. Mas apesar de incipientes, as trocas eram expressivas para a época. Diferente de hoje, onde o cargo chefe das exportações brasileiras para a China são a soja e a agropecuária, entre 1974 e 1979 as exportações eram majoritariamente produtos industrializados e o Brasil acumulou um saldo comercial positivo em US$ 415 milhões[4].

A composição da pauta exportadora brasileira para o país asiático ao longo destes primeiros anos do reatamento comercial se concentrava em produtos industrializados, principalmente petroquímicos e siderúrgicos, devido ao relativo atraso industrial chinês, enquanto as importações brasileiras da China eram compostas, majoritariamente, de petróleo e carvão.[5] Hoje quem domina as exportações para a China há praticamente uma década são basicamente três itens do setor primário da economia. Em 2021, as exportações brasileiras para a China de petróleo bruto, minério de ferro e soja chegaram a somar 80% do comercio total entre os dois países. Já em relação aos produtos da indústria de transformação, equivale a cerca de 17,5% do total, mas quase tudo se resume aos setores[6] de carnes, celuloses e açúcar.

Segundo Henrique Altemani, mais forte ainda que o componente econômico era o da aproximação entre os dois países, que se dá num eixo maior da possibilidade de atuação conjunta nos fóruns internacionais:

> Pode-se considerar que o principal interesse brasileiro na parceria com a China está centralizado na possibilidade de atuação conjunta nos fóruns internacionais com vistas à busca de um ordenamento internacional que melhor atenda a inserção internacional do país e o atendimento de suas necessidades. E que esse interesse esteve presente desde o estabelecimento das relações diplomáticas e funcionou, inicialmente, no ambiente rígido de confrontação bipolar e foi retomado no pós-Guerra Fria, com os dois países (Brasil e China), por motivos diferentes, procurando restabelecer credibilidade internacional e melhores possibilidades de inserção internacional. (ALTEMANI, 2012, p. 93)

---

[3] China ultrapassa EUA e se torna principal parceiro comercial do Brasil. Infomoney. 15 janeiro 2010. Disponível em https://www.infomoney.com.br/mercados/china-ultrapassa-eua-e-se-torna-principal-parceiro-comercial-do-brasil/. Acesso em 31/03/2022.

[4] CARTA BRASIL-CHINA. Visão de Futuro 1974-2014. Edição especial. Janeiro de 2015. Brasília. Disponível em <https://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/carta-brasil-china/Ed_10.pdf>. Acesso em 24 de março de 2022.

[5] Ibidem

[6] PRAZERES, Tatiana. Por que o Brasil vende apenas commodities para a China?. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 março. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatiana-prazeres/2022/03/por-que-o-brasil-vende-apenas-commodities-para-a-china.shtml. Acesso em 31/03/2022.

O BRICS, um agrupamento de países do mercado emergente, composto de Brasil, Rússia, China e África do Sul, é uma boa consequência desta busca que Altemani comenta sobre o eixo de atuação conjunta com a China. Não que a parceria seja isenta de rusgas, os conflitos entre a família Bolsonaro e o embaixador chinês[7]. Porém, a parceria entre o Brasil e a China pode ser classificada como uma bem sucedida parceria alternativa aos Estados Unidos, o que, de certo modo, já se vislumbrava nos anos setenta. O século XX foi pautado quase todo nos interesses das parcerias econômicas com os EUA, um fator importante na política externa exterior. O Japão e a União Soviética nunca tiveram o peso econômico que a China tem hoje no Brasil.

[7] Embaixador chinês repudia fala de Eduardo Bolsonaro. OLIVEIRA, Caroline. Brasil de Fato. 19 março 2020. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/embaixador-chines-repudia-fala-de-eduardo-bolsonaro-que-culpa-china-por-coronavirus. Acesso em 31/03/2022.

Considerações finais

A lição que fica no conjunto da história das relações entre o Brasil e a China é a de que ela hoje é independente das ideologias políticas dos seus governantes. Nos últimos anos ela se tornou de extrema importância para os dois países. A China é o principal parceiro comercial do Brasil e a agricultura brasileira é de vital importância para o país, essencial para a segurança alimentar do país.

De um começo não muito relevante durante a época do Brasil como colônia de Portugal até o patamar de hoje com intensas trocas comercias entre os dois países ocorreram avanços e recuos. Afinal, antigamente as relações comerciais se resumiam a trocas comerciais com Macau (outra colônia portuguesa, em solo chinês). Passamos por turbulentos tempos pelo qual atravessou a China, principalmente no século XIX, atrasou significativamente as relações sino-brasileiras. O processo histórico de desmembramento e ocupações de seu território por potências estrangeiras foi um trauma que ficou conhecido na China como o "século de humilhação". Em síntese, dá para concluir que a distância e a falta de meios de transportes adequados da época inibiram a conexão dos dois países, e o fato de ambas as economias estavam vinculadas aos interesses econômicos metropolitanos, e após a independência, aos do Reino Unido.

Situação que foi mudando durante o século XX. Indo diretamente para o ponto abordado na monografia, observamos um fechamento destas relações por atitude do Brasil por conta do contexto da Guerra Fria assolou o mundo nos pós Segunda Guerra. A China não era a potência que é hoje e não tinha um peso representativo na nossa economia, sendo assim, a atitude unilateral do governo de Gaspar Dutra não foi muito percebida, ficou mais para a retórica anticomunista, seguindo teses propagadas por Washington.

É justamente essa uma das principais conclusões que tiro do presente estudo. As economias dos dois países estão tão intricadas hoje que têm uma importante conexão uma com a outra. Colocado na balança somos apenas o oitavo maior parceiro comercial da China. Porém, a segurança alimentar não pode ser subestimada num país de mais de 1 bilhão de habitantes, lugar que entra o Brasil como um dos maiores países agroexportadores do mundo.

Mesmo a rusga recente entre a família do presidente Bolsonaro e o embaixador Yang Wanming não foi muito além da troca de farpas pelas redes sociais, não afetou de maneira

significativa as relações comerciais e diplomáticas. Mesmo com a retórica anticomunista do atual presidente brasileiro seria impensável uma mudança radical da nossa política externa, a pressão do agronegócio seria insuportável para qualquer governo. Mesmo sendo a maior parte do setor exportador agrícola brasileiro de ideologia conservadora, dificilmente sairia deste setor uma busca de dificultar os negócios.

Em suma, não podemos esperar grandes mudanças no curto e médio prazo entre as duas nações. Seguindo o exemplo dos diplomatas que viram o erro de não fazer comércio com uma nação tão relevante quanto a China, de grande importância histórica e com grande população. Ainda mais quando ela se tornou a segunda maior economia do mundo, se tornando também uma potência militar e científica no processo.

Uma constante nesta pesquisa foi a constatação de que os integrantes do Itamaraty perante as pessoas que estavam no poder, principalmente nos anos em que generais estavam na presidência. A cegueira ideológica por conta do anticomunismo levou o país a seguir alinhamentos externos que nem sempre levavam aos objetivos imaginados. Pensadores e diplomatas como José Honório Rodrigues, Araújo Castro e San Tiago Dantas foram fundamentais para se criar um pensamento crítico a estas estratégias geopolíticas, onde bons negócios e oportunidades de contrabalancear a influência estavam sendo perdidas por conta deste processo.

A busca por relações com a China fez parte desta busca por uma política externa com menos amarras ideológicas e mais voltadas para os interesses da nação. Recorro a Honório Rodrigues para destacar a importância destas aspirações:

> As constantes no Brasil, seja numa política a longo ou curto prazo, são os objetivos permanentes,, que independem de facções, de grupos, de interesses. Assim como aspirações ou características nacionais se satisfazem ou desaparecem no curso do processo histórico, por sua inadequação aos objetivos atuais, assim também há objetivos permanentes sem cuja defesa as nações se desintegram. (RODRIGUES,1966, p. 47)

Hoje podemos concluir que o reatamento das relações sino-brasileiras foi bem sucedido no que se propunha. De fato, cumprindo os propósitos citados pelos diplomatas citados na pesquisa. Desde 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, o que deve se repetir por muitos anos. Na medida em que a voracidade pela agricultura daqui e a transformação ainda mais acentuada da nossa economia para a exportação de produtos

primários, principalmente a soja e agropecuária, nos colocam no raio de influência dos interesses chineses no mundo.

Bibliografia

ALTEMANI, Henrique. Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da tríplice aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CERVO, Amado Luís; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008.

DANTAS, San Tiago. *Política externa independente.* Brasília: Funag, 2011.

DIKOTTER, Frank. *A grande fome de Mao*. São Paulo: Record, 2017.

FICO, Carlos. *Ditadura Militar: prefácios, palestras e posts.* Ebook, 2020.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada: O sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

JUDT, Tony. *Pós Guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Fortaleza: Saraiva, 2012.

LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira*. FUNAG, Brasília, 2018.

MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1990.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na formação do Brasil 1750 – 2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017).

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. Fortaleza: Saraiva, 2012

SHENG, Shu. *A história da China popular no século XX.* Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira: 1964 – 1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. Rio de Janeiro: Leya, 2014.